

Banco Randon S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Banco Randon S.A.
CNPJ 11.476.673/0001-39
NIRE 43300051412

Relatório da Administração

Caxias do Sul - RS, 18 de março de 2025.

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco Randon S/A ("Banco") relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

O Banco foi constituído em 26 de outubro de 2009 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") em 14 de dezembro de 2009. Suas atividades operacionais tiveram início em 20 de julho de 2010.

O Banco permanece com foco no financiamento da cadeia de negócios da Randoncorp. Desta forma, está alinhado com sua missão de ofertar serviços financeiros competitivos e rentáveis que suportem as políticas comerciais e fortaleçam os negócios da Randoncorp. Além disso, vêm sendo promovidas iniciativas para o desenvolvimento de soluções financeiras digitais e para o aumento da sinergia com as demais unidades de negócios. O Banco também tem desenvolvido e promovido ações que visam atuar de forma mais ativa com fomento de produtos e serviços voltados ao setor de transporte e logística.

No primeiro semestre deste ano, relativo as enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul, o BACEN e o BNDES emitiram normativos que permitiram flexibilizar as renegociações com os clientes afetados pelas enchentes, sem exigir temporariamente aumento para provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Cada caso foi analisado individualmente para melhor atender às particularidades de cada situação e não houve a necessidade de acionar qualquer garantia de crédito.

No segundo semestre, o Banco realizou sua primeira emissão pública de Letra Financeira, com um valor de R\$ 300 milhões captados e uma demanda duas vezes e meia maior.

Desempenho

O Banco encerrou o exercício de 2024 com carteira de crédito de R\$ 2.520,3 milhões, sendo cerca de 96% classificados nos ratings AA, A e B, gerando receitas de intermediação financeira no valor de R\$ 345,1 milhões e apresentou lucro líquido de R\$ 19,7 milhões.

Conforme exposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, o Banco procede com a revisão semestral de rating de seus clientes, que também poderá ocorrer a qualquer tempo se forem identificadas situações econômicas e/ou conjunturais de clientes/grupos econômicos que ofereçam algum risco de descumprimento dos compromissos. Adicionalmente, estamos preparados para atender às diretrizes da Resolução CMN nº 4.966 e normas complementares, assegurando conformidade com seus critérios de revisão de risco de crédito e adequação aos novos requisitos regulatórios, a partir de 01 de janeiro de 2025.

Os clientes em recuperação judicial são avaliados tão logo o Banco tome conhecimento da ação. Considerando que operações com garantias reais (alienação fiduciária/hipotecas) não sejam passíveis de enquadramento nas recuperações judiciais, o Banco leva a classificação de rating ao nível adequado de provisionamento conforme definição e avaliação do Comitê de Crédito.

O Estatuto Social do Banco prevê o percentual mínimo de 25% para distribuição de dividendos ao fim do exercício, sendo o saldo remanescente incorporado ao patrimônio líquido. O Conselho de Administração poderá decidir por percentual superior ao definido em Estatuto. Até o momento não foram realizados aumentos de capital por incorporação de reservas de lucros.

Negócios sociais

O Banco contribui com doações para o Instituto Elisabetha Randon (IER), uma Organização de Sociedade Civil com Interesse Público que tem por objetivo promover a cidadania e o desenvolvimento social, por meio de ações direcionadas à educação, à cultura, à assistência social e ao estímulo à prática do voluntariado. No primeiro semestre também realizou doações ao IER, para destinação aos afetados pelas enchentes no estado do Rio Grande do Sul, uma iniciativa promovida pela Randoncorp, além de contribuições através de incentivos fiscais para entidades de cunho social durante o exercício. Adicionalmente, a Vertical Rands, onde o Banco está inserido, obteve a certificação GPTW - Great Place to Work®.

Contratação de auditoria independente

O Banco faz parte do grupo Randoncorp, que possui processo de contratação de Auditoria Independente considerando aspectos de transparência, conformidade, objetividade e independência do Auditor Independente, bem como, para a observância da não contratação da mesma empresa para outros serviços que possam configurar eventual conflito de interesse e perda de independência ou objetividade na execução de suas atividades. As informações de honorários relativos a auditoria independente é disponibilizada anualmente, de forma consolidada, no formulário de referência da Randoncorp.

Estamos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Conselho de Administração

Joarez José Piccinini
Presidente

Paulo Prignolato
Vice-presidente

Alexandre Randon
Conselheiro

Jaime Marchet
Conselheiro

Geraldo Santa Catharina
Conselheiro

Diretoria

David Jose Teixeira Felix
Diretor Comercial

Augusto Giongo Letti
Diretor de Gerenciamento de Riscos

Rodrigo de Gasperi Portella
Diretor de Crédito e Cobrança



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Carlos Gomes, 258 - 6º andar, salas 601 a 606 - Boa Vista
90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 18511 - CEP 90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3327-0200
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de administração e acionistas do

Banco Randon S.A.

Caxias do Sul/ RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Randon S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Randon S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023, e respectivas notas explicativas, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do semestre e exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 01 de março de 2024, sem modificações.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de ao Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

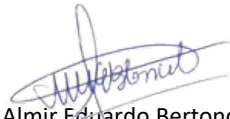
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 18 de março de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7



Almir Eduardo Bertoncelo
Contador CRC PR-052082/O

Balanços patrimoniais

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Circulante		1.732.091	1.336.862
Disponibilidades	4	64	60
Instrumentos financeiros		1.751.086	1.348.401
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	187.813	118.896
Títulos e valores mobiliários	5	33.220	38.858
Relações Interfinanceiras	6	435	192
Operações de crédito	7.a	1.458.440	1.112.106
Outros créditos	7.a	71.178	78.349
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.b	(27.830)	(12.694)
Operações de crédito		(27.314)	(12.265)
Outros créditos		(516)	(429)
Ativos fiscais correntes		687	-
Outros ativos	8	8.084	1.095
Créditos diversos		1.324	1.006
Outros valores e bens		6.760	89
Não circulante		1.021.729	815.838
Realizável a longo prazo		1.003.690	803.761
Instrumentos financeiros		990.649	785.733
Operações de crédito	7.a	990.649	784.731
Outros créditos	7.a	-	1.002
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.b	(17.775)	(8.531)
Operações de crédito		(17.775)	(8.526)
Outros créditos		-	(5)
Ativos fiscais diferidos	18	30.816	20.091
Outros ativos	8	-	6.468
Outros valores e bens		-	6.468
Permanente		18.039	12.077
Imobilizado de uso	9	893	921
Imobilizações de uso		1.580	1.460
(Depreciação acumulada)		(687)	(539)
Intangível	9	17.146	11.156
Ativos intangíveis		19.764	12.011
(Amortização acumulada)		(2.618)	(855)
Total do ativo		2.753.820	2.152.700

Balanços patrimoniais

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante		1.119.366	649.006
Depósitos e demais instrumentos financeiros		1.079.916	610.900
Depósitos	10	669.689	248.314
Obrigações por emissão de letras financeiras	10	33.670	58.263
Obrigações por empréstimos e repasses	11	376.557	304.323
Provisões	12	75	614
Obrigações fiscais correntes e diferidas	13	13.371	11.580
Outros passivos	14	26.004	25.912
Não Circulante		1.247.093	1.151.359
Depósitos e demais instrumentos financeiros		1.246.332	1.150.214
Depósitos	10	225.744	485.742
Obrigações por emissão de letras financeiras	10	306.286	29.998
Obrigações por empréstimos e repasses	11	714.302	634.474
Outros passivos	14	761	1.145
Patrimônio líquido	15	387.361	352.335
Capital social		326.000	306.000
Reservas de lucros		61.324	46.295
Ajustes de Avaliação Patrimonial		37	40
Total do passivo e patrimônio líquido		2.753.820	2.152.700

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado
Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto lucro por lote de mil ações)

	Nota	31/12/2024		31/12/2023
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira		182.624	345.128	310.264
Operações de crédito	17	175.016	327.518	289.901
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		7.608	17.610	20.363
Despesas da intermediação financeira		(134.923)	(249.871)	(224.007)
Operações de captação no mercado	10	(52.225)	(98.145)	(103.484)
Operações de empréstimos e repasses	11	(62.229)	(118.469)	(102.655)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e de outros créditos	7.d	(20.469)	(33.257)	(17.868)
Resultado bruto da intermediação financeira		47.701	95.257	86.257
Outras receitas/despesas operacionais		(37.479)	(67.890)	(56.337)
Receitas de prestação de serviços		64	121	108
Rendas de tarifas bancárias		2.345	3.983	2.618
Despesas de pessoal		(9.420)	(17.157)	(13.897)
Outras despesas administrativas	19	(25.784)	(47.400)	(38.064)
Despesas tributárias		(3.433)	(6.457)	(5.298)
Outras receitas operacionais		3.626	7.922	1.781
Outras despesas operacionais		(4.877)	(8.902)	(3.585)
Resultado antes dos tributos		10.222	27.367	29.920
Tributos sobre o lucro	18.a	(150)	(7.657)	(12.306)
Provisão para imposto de renda		(2.853)	(9.764)	(9.839)
Provisão para contribuição social		(2.831)	(8.618)	(8.346)
Ativo fiscal diferido		5.534	10.725	5.879
Lucro líquido do semestre/exercício		10.072	19.710	17.614
Quantidade de ações do capital social por lote de mil ações	15	307.384	307.384	290.577
Lucro líquido (básico e diluído) por lote de mil ações - R\$		0,033	0,064	0,061

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	31/12/2024		31/12/2023
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Lucro líquido no semestre/exercício	10.072	19.710	17.614
Outros resultados abrangentes – itens que podem ser reclassificados para o resultado	(3)	(3)	(3)
Ganho (perda) atuarial – Randonprev	(6)	(6)	(5)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Randonprev	3	3	2
Total do resultado abrangente do semestre/exercício	10.069	19.707	17.611

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Total
	Capital social	Legal	Estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2023	235.000	3.596	29.376	43	-	268.015
Integralização de capital	71.000	-	-	-	-	71.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	17.614	17.614
JSCP Propostos	-	-	-	-	(4.291)	(4.291)
Destinação:						
Reserva legal	-	881	-	-	(881)	-
Reserva geral de lucros	-	-	12.442	-	(12.442)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(3)	-	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	306.000	4.477	41.818	40	-	352.335
Saldos em 1º de janeiro de 2024	306.000	4.477	41.818	40	-	352.335
Integralização de capital	20.000	-	-	-	-	20.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	19.710	19.710
JSCP propostos	-	-	-	-	(4.497)	(4.497)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(184)	(184)
Destinação:						
Reserva legal	-	986	-	-	(986)	-
Reserva geral de lucros	-	-	14.043	-	(14.043)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(3)	-	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	326.000	5.463	55.861	37	-	387.361
Saldos em 1º de julho de 2024	326.000	4.959	41.818	40	9.156	381.973
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	10.072	10.072
JSCP Propostos	-	-	-	-	(4.497)	(4.497)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(184)	(184)
Destinação:						
Reserva legal	-	504	-	-	(504)	-
Reserva geral de lucros	-	-	14.043	-	(14.043)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(3)	-	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	326.000	5.463	55.861	37	-	387.361

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024		31/12/2023
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do semestre/exercício		10.072	19.710	17.614
Ajustes ao resultado:				
Constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		20.272	33.177	17.896
Provisão (Reversão) para perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos		198	81	(28)
(Reversão) de provisão para riscos trabalhistas		-	(539)	(226)
(Reversão) constituição de provisão para outros pagamentos		662	(623)	1.535
(Reversão) constituição de provisão para desvalorização de outros valores e bens		(1.937)	(1.937)	317
(Reversão) de provisão para despesas de venda ativos não financeiros mantidos p/ venda		(221)	(221)	-
Depreciações e amortizações		1.436	2.132	448
Prejuízo na baixa de imobilizado		33	33	8
Atualização monetária de processos judiciais		(97)	(130)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	18.a	150	7.657	12.306
Lucro líquido ajustado		30.568	59.340	49.870
Variações nos ativos e passivos				
		114.692	21.947	(118.252)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários		(1.680)	5.638	(12.856)
(Aumento) em relações interfinanceiras		(20)	(243)	(348.495)
(Aumento) em operações de crédito		(444.036)	(561.131)	(29)
(Redução) Aumento em outros créditos		16.902	7.938	(5.902)
Redução em outros valores e bens		2.031	1.954	8
Aumento (Redução) em depósitos interfinanceiros		256.718	199.875	(116.664)
(Redução) Aumento em depósitos a prazo		(65.749)	(38.646)	71.259
Aumento em obrigações por emissão de letras financeiras		246.467	251.695	37.429
Aumento em outros depósitos		11	148	7
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		99.124	152.062	248.864
Aumento em outras obrigações		4.930	2.663	8.132
Ajustes de avaliação patrimonial		(6)	(6)	(5)
Impostos pagos sobre o lucro		(4.226)	(18.989)	(18.639)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades operacionais		141.034	62.298	(87.021)
Aquisição de imobilizado de uso	9	(47)	(134)	(668)
Aquisição de intangível	9	(3.356)	(7.993)	(9.858)
Fluxo de caixa (aplicado) nas atividades de investimento		(3.403)	(8.127)	(10.526)
Dividendos pagos	15.b	-	-	(3.544)
Juros sobre capital próprio pagos	15.b	(959)	(5.250)	-
Integralização de capital	15.a	-	20.000	71.000
Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamentos		(959)	14.750	67.456
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa				
		136.672	68.921	(30.091)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	4	51.205	118.956	149.047
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	4	187.877	187.877	118.956
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		136.672	68.921	(30.091)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

O Banco Randon S.A. ("Banco"), sediado na Avenida Rubem Bento Alves, n.º 1469, sala 03, Bairro Interlagos, em Caxias do Sul – RS, foi constituído em 26 de outubro de 2009 e atua sob a forma de banco múltiplo, sem carteira comercial, autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 14 de dezembro de 2009. Suas atividades operacionais tiveram início em 20 de julho de 2010 e atualmente opera com as carteiras de crédito, financiamento e investimento, investimento e de arrendamento mercantil. Além disso, possui autorização do Banco Central para operar com carteira de crédito rural, entretanto, ainda não possui operações dessa modalidade.

Atualmente, as operações do Banco são voltadas às oportunidades geradas pelo conglomerado econômico financeiro, formado pela Randoncorp disponibilizando linhas de financiamento nas modalidades de BNDES-FINAME, CDC, Compror (Compror e *Floor Plan*) e Vendor, empréstimos nas modalidades crédito pessoal e consignado, capital de giro, além de direitos creditórios descontados. Também são ofertados serviços financeiros tais como Cessão de Direitos Creditórios e Investimentos, e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

O Banco é controlado diretamente pela Randon Investimentos Ltda, indiretamente pela Randon S.A. Implementos e Participações, e como controlador do grupo econômico a Dramd Participações e Administração Ltda.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. As presentes demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 refletem as alterações previstas na Resolução BCB 2/2020 emitida pelo Banco Central do Brasil e Resolução 4.818/2020 emitida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Os pronunciamentos contábeis já aprovados e vigentes nesta data pelo BACEN são:

Pronunciamento	Descrição Pronunciamento	Resolução CMN
CPC 00 (R2)	Pronunciamento conceitual básico - Estrutura Conceitual	4.924/21;
CPC 01 (R1)	Redução do valor recuperável de ativos	4.924/21;
CPC 02 (R2)	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	4.524/16;
CPC 03 (R2)	Demonstração dos fluxos de caixa	4.818/20;
CPC 04 (R1)	Ativo intangível	4.534/16;
CPC 05 (R1)	Divulgação sobre partes relacionadas	4.818/20;
CPC 10 (R1)	Pagamento baseado em ações	3.989/11;
CPC 23	Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de Erro	4.924/21;
CPC 24	Eventos subsequentes	4.818/20;
CPC 25	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	3.823/09;
CPC 27	Ativo imobilizado	4.535/16;
CPC 33 (R1)	Benefícios a empregados	4.877/20;
CPC 41	Resultado por ação	4.818/20;
CPC 46	Mensuração do valor justo	4.924/21;
CPC 47	Receita de Contrato com Cliente	4.924/21.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 18 de março de 2025.

2.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco.

2.2 Principais políticas contábeis

O Banco aplica de modo consistente as políticas contábeis e elas são apresentadas em cada nota explicativa.

2.3 Adoção de Novas Normas e Interpretações

Nas demonstrações financeiras preparadas na data-base de 31 de dezembro de 2024, as normas e interpretações a seguir, com data de adoção efetiva posterior à esta data e ainda não adotada pelo Banco, incluem a Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, Resolução BCB nº 352, de 23/11/23, Resolução CMN nº 4.975/2, Lei 14.467/22 e quaisquer normas complementares.

2.3.1 Resolução CMN nº 4.966/21 e complementares

Em novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional (CMN) publicou a Resolução CMN nº 4.966/21, a qual introduz novas diretrizes contábeis para instrumentos financeiros, alinhados aos princípios estabelecidos na norma internacional IFRS 9. A nova resolução substitui as resoluções e circulares do Banco Central do Brasil que direcionavam a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros e da provisão para devedores duvidosos, como a Resolução CMN nº 2.682/99 – que estabelecia a base de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa das instituições financeiras desde 1999 – e também as circulares nº 3.068/01 e nº 3.082/03 (emitidas pelo Bacen), aplicáveis aos títulos e aos valores mobiliários.

A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece que as instituições financeiras devem avaliar seus instrumentos financeiros, classificá-los e mensurá-los conforme aos modelos de negócio estabelecidas para cada ativo e passivo financeiro. Entre outros aspectos, a Resolução requer que as instituições mensurem suas provisões para créditos de liquidação duvidosa com base em conceito de perda esperada, sem a necessidade de aguardar eventual inadimplência, tornando a provisão mais precisa em relação às futuras perdas que a instituição venha a verificar em períodos subsequentes.

No ano de 2023, as Resoluções CMN nº 5.100 e BCB nº 352 foram emitidas, sendo complementares à CMN nº 4.966/21, e dispõem de diretrizes adicionais, como por exemplo, tratamento às seguintes matérias:

- Aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros;
- Constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito;
- Evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras;
- Reconhecimento de custos de transação imateriais;
- Apropriação de receita.

Essas Resoluções visam fornecer orientações mais detalhadas e abrangentes para as instituições financeiras em relação à contabilização e divulgação de informações sobre instrumentos financeiros. Durante o ano de 2024, o Banco Randon atuou fortemente para a implementação das resoluções e está apto a adotá-las em sua plenitude a partir de 01 de janeiro de 2025 (início de vigência).

2.3.2 Resolução CMN nº 4.975/21

A resolução CMN nº 4.975 publicada pelo Conselho Monetário Nacional em 16 de dezembro de 2021, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A resolução aprova a aplicabilidade do CPC 06 – Arrendamentos, que define critérios para o reconhecimento, mensuração e apresentação das operações de arrendamento mercantil.

Nesse sentido, o Banco Randon adotará a partir de 01/01/2025 a aplicação do CPC 06, considerando os reconhecimentos de contratos de alugueis já existentes e que são classificados como arrendamento.

2.3.3 Lei nº 14.467/22

Em 16/11/2022, foi publicada a Lei nº 14.467, com produção de efeitos a partir de 01.01.2025, que “dispõe sobre o novo tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil”. Mencionada Lei estabelece que os artigos 9º, 9ºA e 10 a 12 da Lei nº 9.430/1996 não mais se aplicarão às instituições financeiras, no que se refere ao

registro das perdas, aos encargos financeiros de créditos vencidos e aos créditos recuperados, estando alinhada à Resolução CMN nº 4.966/2021, abordada na nota explicativa 2.3.1.

O artigo 6º da mencionada Lei, alterado pela Lei 15.078/24, também estabeleceu critérios para adoção inicial em relação aos créditos que se encontrarem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 e que não tenham sido deduzidos até essa data. Tais alterações no tratamento das perdas para fins fiscais visam alinhar as normas tributárias e contábeis, com o propósito de reduzir as vulnerabilidades decorrentes dos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras.

O Banco Randon aplicará os critérios de tratamento tributário definidos na Lei 14.467/22 a partir de 01/01/2025, sendo que os cálculos de adoção inicial também serão mensurados nessa data.

2.3.4 Impactos Estimados da Adoção das Novas Normas

As novas normas entram em vigor em janeiro de 2025. Entretanto, conforme estabelecido pela regulamentação, as instituições são obrigadas a divulgar, nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, as estimativas dos impactos da implementação da regulação contábil estabelecida pela Resolução CMN nº 4.966/2021 sobre o resultado e a posição financeira da instituição.

A resolução CMN nº 4.966/21 descreve os critérios de classificação dos ativos financeiros, dessa forma, o quadro abaixo apresenta a classificação dos principais instrumentos financeiros do Banco Randon:

Classificação Ativos Financeiros conforme CMN nº 4.966/21

Aplicações interfinanceiras de liquidez	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo no resultado
Operações de crédito	Custo amortizado
Outros créditos	Custo amortizado

Não houve reclassificações ou remensurações dos ativos financeiros na adoção do normativo.

Os quadros abaixo apresentam os impactos da adoção inicial da resolução CMN 4.966/21 e demais normativos, frente as demonstrações contábeis na data-base de 31/12/2024:

Provisão para Perdas – em milhares de R\$

Saldo da provisão - Operações de Crédito em 31/12/2024	(45.605)
Saldo da provisão – Operações de Crédito em 01/01/2025	(71.618)
Incremento da provisão (*)	(26.013)
Efeito tributário	11.706
Efeito líquido	(14.307)

(*) Com a adoção inicial da resolução CMN nº 4.966/21 a provisão para perdas esperadas do Banco Randon teve um incremento de R\$ 26.013 em relação a perda reconhecida pelas normas anteriores.

Stop Accrual em 90 dias – em milhares de R\$

Reconhecimento adicional de receita (*)	75
Efeito tributário	(34)
Efeito líquido	41

(*) Atualmente as operações de crédito do Banco possuem a paralização do reconhecimento de juros quando a operação atinge atraso superior a 59 dias. Com base na Resolução CMN nº 4.966/21 definiu-se o conceito de ativo problemático dentro das políticas do Banco considerando como default 90 dias, dessa forma, em 01/01/2025, as operações que estavam entre o intervalo de atraso de 60 a 90 dias, tiveram a receita desse período de dias reconhecida no patrimônio líquido.

Ainda, na resolução CMN nº 4.975/21 descreve critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento onde o Banco Randon optou por adotar a norma de forma retrospectiva, conforme cita o § 5º do Art. 2º da CMN. Dessa forma, o quadro abaixo apresenta os impactos da adoção inicial:

CPC 06 (IFRS 16) – em milhares de R\$

Direito de Uso – Ativo	1.336
(-) Amortização Acumulada – Ativo	(650)
Arrendamento – Passivo	990
(-) Ajuste a valor presente – Passivo	(176)
(=) Posição Arrendamento (*)	(128)
Efeito tributário	58
Efeito líquido	(70)

(*) O Banco Randon possui apenas um contrato que atende aos critérios de reconhecimento. Esse contrato está vigente desde novembro/2019 e possui o prazo de 10 anos.

Os impactos da transição são baseados nas melhores estimativas na data do relatório e os ajustes identificados serão reconhecidos em lucros ou perdas acumuladas sensibilizando diretamente o patrimônio líquido. Abaixo quadro da conciliação dos impactos:

Conciliação do Patrimônio Líquido - em milhares de R\$	
Patrimônio líquido antes da adoção da Resolução CMN nº 4.966 - 31/12/2024	387.361
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(26.013)
Receita decorrente da alteração do prazo efeito de stop accrual	75
Adoção CPC 06	(128)
Efeitos Tributários	11.730
Patrimônio líquido após ajustes da Resolução CMN nº 4.966 - 01/01/2025	373.025

3. Estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas informações financeiras, a Administração deve preparar estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A revisão das estimativas é avaliada pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas às fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Premissas e Estimativas	
Nota explicativa 7.d	Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
Nota explicativa 12	Provisão para riscos trabalhistas
Nota explicativa 18	Impostos diferidos
Nota explicativa 25	Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado, sendo estes com prazo de vencimento, na data de aquisição, igual ou inferior a 90 dias. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, conforme CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

	31/12/2024	31/12/2023
Operações compromissadas – posição bancada (a)		
Letras do Tesouro Nacional	-	10.055
Notas do Tesouro Nacional	187.813	108.841
	187.813	118.896
Disponibilidades	64	60
Total	187.877	118.956

(a) Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

5. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do BACEN e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

(i) Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

(ii) Títulos disponíveis para a venda - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários; e

(iii) Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

As informações dos títulos e valores mobiliários são assim sumarizadas:

Títulos para negociação	Hierarquia	Até 12 meses	Acima de 12 meses	31/12/2024		31/12/2023	
				Valor de mercado (contábil)	Valor de Custo	Marcação a mercado	Valor de mercado (contábil)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	Nível 1	-	33.220	33.220	33.256	(36)	38.858

O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA). De acordo com a Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos para negociação devem ser apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento.

O Banco aplica o CPC 46 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação da hierarquia de mensuração. Atualmente, os instrumentos financeiros que o Banco possui estão classificados na hierarquia de nível 1, que referem-se a preços cotados (sem ajuste) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

6. Relações interfinanceiras

	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos de moeda eletrônica no Banco Central (a)	170	20
Conta de pagamento instantâneo no Banco Central	265	172
Total	435	192

(a) Destina-se ao registro dos valores recolhidos ao Banco Central do Brasil, com base nos saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas (Nota 10).

7. Operações de crédito

As operações de crédito (empréstimos, direitos creditórios descontados e financiamentos) e outros créditos (direitos creditórios sem coobrigação e financiamento de ativos não financeiros mantidos para venda) estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos.

As operações de crédito pré-fixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento reduzidas das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo regime de competência. A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar.

As informações da carteira em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são assim sumarizadas:

a) Composição da carteira por modalidade

	31/12/2024		31/12/2023	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Operações de Crédito				
Empréstimos (a)	113.882	4,52	21.753	1,10
Direitos creditórios descontados	18.527	0,74	43.735	2,21
Financiamentos (b)	2.316.680	91,92	1.831.349	92,67
Total	2.449.089	97,18	1.896.837	95,98
Circulante	1.458.440	57,87	1.112.106	56,27
Não circulante	990.649	39,31	784.731	39,71
Outros créditos				
Cessão de direitos creditórios sem coobrigação (c)	70.905	2,81	77.873	3,95
Financiamento ativos não financeiros (d)	273	0,01	1.478	0,07
Total	71.178	2,82	79.351	4,02
Circulante	71.178	2,82	78.349	3,97
Não circulante	-	-	1.002	0,05
Total da carteira	2.520.267	100,00	1.976.188	100,00

(a) Composto por operações de empréstimo de crédito pessoal, crédito pessoal consignado e capital de giro.

(b) Composto por operações de financiamento com recursos BNDES/FINAME, CDC, Vendor e Compror (Compror e *Floor Plan*).

(c) Referem-se a títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito, contabilizados em outros créditos.

(d) Referem-se a devedores por compra de valores e bens advindos de financiamento de ativo não financeiro mantido para venda, contabilizado em outros créditos.

b) Diversificação da carteira por vencimento

	31/12/2024		31/12/2023	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Vencidos:				
Até 90 dias	11.934	0,47	5.432	0,27
De 91 até 360 dias	8.309	0,33	1.744	0,09
Acima de 361 dias	127	0,01	95	0,00
Total vencidos	20.370	0,81	7.271	0,36
A vencer:				
Até 90 dias	1.049.416	41,63	843.443	42,68
De 91 até 360 dias	459.832	18,25	339.741	17,19
Acima de 361 dias	990.649	39,31	785.733	39,77
Total a vencer	2.499.897	99,19	1.968.917	99,64
Total	2.520.267	100,00	1.976.188	100,00
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito				
Circulante	(27.314)	59,89	(12.265)	57,79
Não circulante	(17.775)	38,98	(8.526)	40,17
Total provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(45.089)	98,87	(20.791)	97,96
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos				
Circulante	(516)	1,13	(429)	2,02
Não circulante	-	-	(5)	0,02
Total provisão para perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos	(516)	1,13	(434)	2,04
Total provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(45.605)	100,00	(21.225)	100,00
Total da carteira líquida das provisões	2.474.662		1.954.963	

c) Diversificação da carteira por nível de concentração

	31/12/2024		31/12/2023	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Principal devedor	70.391	2,79	47.977	2,40
10 maiores devedores seguintes	332.621	13,20	290.443	14,70
50 maiores devedores seguintes	709.777	28,16	565.061	28,60
100 maiores devedores seguintes	450.250	17,87	400.927	20,30
Demais devedores	957.229	37,98	671.780	34,00
Total	2.520.268	100,00	1.976.188	100,00

d) Composição da carteira por nível de risco

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e outros créditos é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos pelo BACEN nas Resoluções CMN nºs 2.682/99 e 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes de renegociações somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

Nível de risco	% de Provisão Resolução CMN 2.682/99	31/12/2024		31/12/2023	
		Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$	Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$
AA	0,00%	624	-	3.241	-
A	0,50%	2.108.447	10.542	1.564.016	7.821
B	1,00%	311.942	3.119	345.608	3.456
C	3,00%	46.352	1.391	41.533	1.246
D	10,00%	14.627	1.463	6.214	621
E	30,00%	5.358	1.607	6.428	1.929
F	50,00%	8.290	4.145	1.584	792
G	70,00%	4.020	2.814	539	377
H	100,00%	20.493	20.493	4.980	4.980
Total		2.520.153	45.574	1.974.143	21.222

Nível de risco	% de Provisão Resolução CMN 4.855/20 (a)	31/12/2024		31/12/2023	
		Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$	Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$
A	0,50%	-	-	1.386	1
B	1,00%	-	-	466	1
C	3,00%	57	3	193	1
F	50,00%	57	28	-	-
Total		114	31	2.045	3
Total da carteira		2.520.267	45.605	1.976.188	21.225

(a) Operações relacionadas ao Programa Emergencial de Acesso a Crédito (FGI - Peac), onde a União assumiu parcialmente as garantias dos valores da operação e a provisão é permitida somente sobre a parcela do valor contábil cujo risco de crédito é detido pela instituição.

Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e outros créditos:

	31/12/2024		31/12/2023
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Saldo inicial	29.573	21.225	19.223
Constituição de provisão	65.356	99.434	61.257
Reversão de provisão	(44.887)	(66.177)	(43.389)
Créditos baixados contra prejuízo (b)	(4.437)	(8.877)	(15.866)
Saldo final	45.605	45.605	21.225

(b) As baixas das operações de crédito contra prejuízo ("write-offs") são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle destes valores ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

e) Composição da carteira por indexador

	31/12/2024		31/12/2023	
	R\$	%	R\$	%
Operações pré-fixadas	2.142.406	85,01	1.634.151	79,70
Operações pós-fixadas	377.861	14,99	342.037	20,30
Total	2.520.267	100,00	1.976.188	100,00

f) Composição da carteira por atividade econômica e tipo de cliente

	31/12/2024		31/12/2023	
	R\$	%	R\$	%
Indústria	105.509	4,19	143.140	7,24
Comércio	935.014	37,10	703.352	35,59
Serviços	1.449.139	57,50	1.108.418	56,09
Pessoa jurídica	2.489.662	98,79	1.954.910	98,92
Pessoa física	30.605	1,21	21.278	1,08
Total	2.520.267	100,00	1.976.188	100,00

g) No semestre findo em 31 de dezembro de 2024, foram recuperados créditos anteriormente baixados para prejuízo no montante de R\$6.047 (R\$2.656 no semestre findo em 31 de dezembro de 2023), e no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$6.180 (R\$2.819 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023) (Nota 17).

h) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram renegociadas operações no total de R\$333.037 (R\$628.238 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023), desse montante R\$79.734 foram operações renegociadas em decorrência das consequências dos eventos climáticos ocorridos no Estado do Rio Grande do Sul em maio de 2024. As operações seguem os normativos CMN 5.134/24, CMN 5.133/24 e a Circular 24/2024 do BNDES.

i) Cessões de crédito

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Banco adquiriu através de cessão de direitos creditórios, sem coobrigação, R\$70.905 (R\$77.873 no exercício de 2023). Deste montante, R\$67.600 é referente a duplicatas de fornecedores da Randoncorp e R\$3.304 refere-se a duplicatas de terceiros. As operações adquiridas geraram resultado de R\$8.945 no período (R\$8.503 no exercício de 2023). No semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram realizadas cessões de operações de crédito com coobrigação.

8. Outros ativos

Os demais ativos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata" dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar, quando aplicáveis. Estão assim sumarizados:

	31/12/2024	31/12/2023
Outros créditos diversos	1.324	1.006
Devedores diversos – país (a)	1.018	711
Adiantamentos diversos	222	211
Depósitos judiciais (Nota 12)	84	84
Outros valores e bens	6.760	6.557
Ativos não financeiros mantidos para venda, líquido de provisões (b)	6.262	6.468
Despesas antecipadas	498	89
Total	8.084	7.563
Circulante	8.084	1.095
Não circulante	-	6.468

a) Em devedores diversos – país, R\$224 referem-se a valores a receber do Banco Itaú referentes à cobrança de parcelas efetuadas no último dia do mês de dezembro, repassadas ao Banco em D+1.

b) Ativos não financeiros mantidos para venda.

	31/12/2024			31/12/2023	
	Custo	Provisão para desvalorização	Provisão para despesa de venda	Custo líquido de provisão	Custo líquido
Imóveis	-	-	-	-	6.468
Outros (Bens Móveis)	6.434	-	(172)	6.262	-
Total	6.434	-	(172)	6.262	6.468

Movimentação da provisão para desvalorização e despesa de venda:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	2.330	2.013
Constituição de provisão	912	317
Reversão de provisão	(3.070)	-
Saldo final	172	2.330

Os ativos recebidos em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores quando reintegrados, são considerados ativos não financeiros mantidos para venda. Bens reintegrados são mensurados pelo valor contábil bruto ou pelo valor justo do bem, líquido de despesas de venda, o que for menor, com base em laudo de avaliação e demais critérios estabelecidos na Resolução nº 4.747/19, do CMN. O Banco mantém ações necessárias e semestralmente realiza esforços necessários para a venda desses bens.

9. Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado e o ativo intangível, são revistos anualmente para identificar se há evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda, refletindo seus impactos no resultado. No semestre findo em 31 de dezembro de 2024, não há indicativo de perdas não recuperáveis. O ativo imobilizado e intangível, estão assim sumarizados:

	31/12/2023		31/12/2024				31/12/2024		Taxas anuais depreciação/amortização %
	Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação/Amortização	Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	
Mobiliário	510	(173)	2	-	-	(33)	512	(206)	15,5%
Equipamentos de processamento de dados	519	(271)	132	(14)	(3)	(58)	634	(329)	35,7%
Equipamentos de comunicação e segurança	153	(72)	-	-	3	(12)	156	(84)	19,5 e 25,2%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	278	(23)	-	-	-	(45)	278	(68)	16,22%
Imobilizado de uso (a)	1.460	(539)	134	(14)	-	(148)	1.580	(687)	
Sistemas de processamento de dados	1.896	(678)	-	(240)	12.424	(1.763)	14.080	(2.441)	
Sistemas de processamento de dados – em desenvolvimento	9.938	-	7.993	-	(12.424)	-	5.507	-	
Licenças e direitos autorais de uso	177	(177)	-	-	-	-	177	(177)	
Intangível (b)	12.011	(855)	7.993	(240)	-	(1.763)	19.764	(2.618)	20%

- (a) Os imobilizados de uso são demonstrados ao valor de custo. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens com base em laudo de avaliação técnica e demais critérios estabelecidos na Resolução nº 4.535/16, do CMN. A taxa anual de depreciação das benfeitorias em imóveis de terceiros foi calculada com base no prazo residual do contrato de aluguel.
- (b) Corresponde à direitos adquiridos (licenças de uso de *software* e sistemas de processamentos de dados) que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco. Está demonstrado aos valores de custo, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, e levam em conta sua vida útil-econômica com base em laudo de avaliação técnica considerando o prazo de cinco anos, bem como os demais critérios estabelecidos na Resolução nº 4.534/16, do CMN.

10. Depósitos e instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2024, as captações são representadas por Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI, Certificados de Depósitos Bancários - CDB e Letra Financeira com vencimentos até março de 2029, sujeitos a encargos financeiros a CDI mais spread fixo e pré-fixadas até 14,50% ao ano (até 14,50% ao ano no exercício findo em 31 de dezembro de 2023) e captações pós-fixadas atreladas a percentual da variação do DI 98% a 125% a.a. (100% a 135% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). Nos depósitos existem operações com liquidez diária e outras com restrição de resgate. Os depósitos e instrumentos financeiros apresentam a seguinte distribuição de vencimentos:

31/12/2024						
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 12 a 24 meses	De 24 a 36 meses	Acima de 36 meses	Total
Interfinanceiros	-	297.812	-	-	-	297.812
A prazo	-	371.710	91.912	105.453	28.379	597.454
Outros depósitos (a)	167	-	-	-	-	167
Letras financeiras	-	33.670	204.166	102.120	-	339.956
Total	167	703.192	296.078	207.573	28.379	1.235.389
Circulante						703.359
Não circulante						532.030

(a) Refere-se a saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas, sem remuneração (Nota 6).

31/12/2023						
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 12 a 24 meses	De 24 a 36 meses	Acima de 36 meses	Total
Interfinanceiros	-	97.936	-	-	-	97.936
A prazo	-	150.358	327.028	27.449	131.265	636.100
Outros depósitos (a)	20	-	-	-	-	20
Letras financeiras	-	58.263	29.998	-	-	88.261
Total	20	306.557	357.026	27.449	131.265	822.317
Circulante						306.577
Não circulante						515.740

O Banco Randon efetuou em outubro de 2024 a emissão da sua primeira Letra Financeira Pública, nos montantes de R\$ 200.000 e R\$ 100.000, ao custo de CDI + 0,6% e CDI + 0,8%, respectivamente. Os recursos captados foram destinados para reforço de caixa e/ou administração de risco.

No semestre findo em 31 de dezembro de 2024, as operações de captações no mercado geraram despesas de R\$52.225 (R\$49.691 no semestre findo em 31 de dezembro de 2023), e no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 R\$98.145 (R\$103.484 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

11. Obrigações por empréstimos e repasses

Os recursos internos para repasses no País representam captações de recursos junto à Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As operações contratadas, observadas as características de cada programa, possuem vencimentos mensais e trimestrais até o ano de 2029.

Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses são: (a) nas operações pós-fixadas de 1,13% a.a a 1,70% a.a, corrigidas pela moeda BNDES UMSELIC; (b) operações pré-fixadas de 2,25% a.a. até 14,72% a.a.; (c) operações pós-fixadas de 2,95% a.a. a 7,61% a.a., corrigidas pela moeda BNDES TLP/IPCA.

As operações com cláusulas de atualização monetária e as operações com encargos pré-fixados estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas "pro rata" dia com base na taxa efetiva das operações.

Produto	Até 3 meses	31/12/2024			
		Circulante De 3 até 12 meses	Total	Não circulante Acima de 12 meses	Total
FINAME Pré	66.622	188.060	254.682	530.964	785.646
FINAME Pós (SELIC)	30.016	85.652	115.668	157.366	273.034
FINAME Pós (IPCA)	974	3.544	4.518	17.639	22.157
BNDES Pré	22	1.667	1.689	8.333	10.022
Total	97.634	278.923	376.557	714.302	1.090.859

Produto	Até 3 meses	31/12/2023			
		Circulante De 3 até 12 meses	Total	Não circulante Acima de 12 meses	Total
FINAME Pré	49.047	137.788	186.835	454.240	641.075
FINAME Pós (SELIC)	28.542	85.194	113.736	178.271	292.007
FINAME Pós (IPCA)	1.377	2.375	3.752	1.963	5.715
Total	78.966	225.357	304.323	634.474	938.797

No semestre findo em 31 de dezembro de 2024, as obrigações por empréstimos e repasses geraram despesas de R\$62.229 (R\$54.705 no semestre findo em 31 de dezembro de 2023), e no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 R\$118.469 (R\$102.655 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

12. Provisão para riscos trabalhistas

De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009:

- Ativos contingentes - são reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.
- Passivos contingentes - são representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. O Banco reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

São constituídas provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Os passivos contingentes, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do Banco, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação. O Banco possui o seguinte montante de ações judiciais com perda provável e possível, com valores atualizados até 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

Natureza	31/12/2024					
	Provável		Riscos trabalhistas Possível		Depósitos judiciais (Nota 8)	
	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade
Trabalhista (a)	75	1	425	1	84	5
Total	75	1	425	1	84	5

(a) Trata-se de processos pleiteados por ex-funcionários do Banco.

Natureza	31/12/2023					
	Provável		Riscos trabalhistas Possível		Depósitos judiciais (Nota 8)	
	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade
Trabalhista	614	3	1.997	2	84	6
Total	614	3	1.997	2	84	6

	31/12/2024		31/12/2023	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Estimativa de realização				
Depósitos judiciais (Nota 8)	84	-	84	-
Provisão para riscos trabalhistas (*)	75	-	614	-

(*) A estimativa é que o desembolso da provisão ocorra em até 1 ano.

Movimentação da provisão para riscos trabalhistas:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	614	840
Constituição de provisão	1.160	-
Reversão de provisão	(1.699)	(226)
Saldo final	75	614

13. Obrigações fiscais correntes e diferidas

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social -PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

	31/12/2024	31/12/2023
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	13.316	11.437
Impostos e contribuições diferidos	55	143
Total	13.371	11.580

14. Outros passivos

Os valores demonstrados dos demais passivos incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata" dia) incorridos, assim como provisão para perda, quando julgada necessária.

	31/12/2024	31/12/2023
Bônus por financiamento (a)	11.322	7.995
Sociais e estatutárias	4.350	4.537
Fiscais e previdenciárias (b)	2.694	2.432
Outras obrigações diversas (c)	2.636	7.937
Salários e encargos	2.282	1.799
Fornecedores e outros credores diversos	2.065	1.862
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.416	495
Total	26.765	27.057
Circulante	26.004	25.912
Não circulante	761	1.145

- (a) Do montante, em 31 de dezembro de 2024, R\$11.127 refere-se a comissões por financiamento, que representam receitas de encargos financeiros de operações de crédito pagas antecipadamente pela Randon S.A. Implementos e Participações e outras Empresas da Randoncorp (R\$7.873 em 31 de dezembro de 2023) e R\$195 com distribuidor Randoncorp. A comissão é apurada pela diferença entre a aplicação da taxa de juros praticada pelo Banco e a taxa de juros estabelecida pela promoção da conveniada nas modalidades de financiamento de Vendor, CDC e Compror (*Floor Plan*), conforme contratos de convênio firmado entre as Empresas.
- (b) Refere-se a impostos e contribuições a recolher.
- (c) Refere-se a outras provisões para pagamentos a efetuar, sendo elas outras despesas administrativas, serviços matriciais compartilhados e outros pagamentos.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social é de R\$326.000 (R\$306.000 em 31 de dezembro de 2023), representado por ações ordinárias e preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, com a seguinte divisão:

	31/12/2024	31/12/2023
Ordinárias	153.691.940	145.288.578
Preferenciais	153.691.940	145.288.578
Total	307.383.880	290.577.156

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de fevereiro de 2024 e homologada junto ao BACEN em 29 de fevereiro de 2024, foi autorizado o aumento do capital social em R\$20.000, mediante a emissão de 8.403.362 ações ordinárias e 8.403.362 ações preferenciais. O valor total foi integralizado em 01 de fevereiro de 2024.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de fevereiro de 2023 e homologada junto ao BACEN em 30 de março de 2023, foi autorizado o aumento do capital social em R\$71.000, mediante a emissão de 30.869.566 ações

ordinárias e 30.869.566 ações preferenciais. O valor total foi integralizado em 03 de fevereiro de 2023.

b) Dividendos e Juros sobre capital próprio

As ações do capital social são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício. O dividendo será pago ou creditado tendo por base a data da publicação da Ata de Assembleia Geral que aprovar as contas do respectivo exercício, conforme prazo definido no Estatuto Social.

Em 23 de janeiro de 2024, foram pagos dividendos obrigatórios, no montante de R\$4.291, os quais foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de dezembro de 2023, relativos à data-base de 31 de dezembro de 2023 e distribuídos como juros sobre capital próprio.

Em 29 de julho de 2024, foi realizada Reunião do Conselho de Administração em que foi aprovado o pagamento ao acionista de R\$ 2.380, sob a forma de juros sobre capital próprio, referente a distribuição do resultado do exercício de 2024. Em 19 de dezembro de 2024, foi realizada Reunião do Conselho de Administração em que foi aprovado o pagamento ao acionista de R\$ 2.117, sob a forma de juros sobre capital próprio, referente a distribuição do resultado do exercício de 2024. Os valores distribuídos sob a forma de juros sobre capital próprio foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios. Em 31 de dezembro de 2024, foi destinado R\$ 184 de dividendos a distribuir, assegurando a distribuição de 25% do resultado do exercício ajustado aos acionistas.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram pagos dividendos/juros sobre capital próprio aos acionistas conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	4.291	3.544
Dividendos provisionados	184	-
Juros sobre Capital próprio proposto	4.497	4.291
Pagamentos realizados no exercício	(5.250)	(3.544)
Saldo atual no exercício	3.722	4.291
Dividendo por lote de mil ações - R\$	0,012	0,015

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404. Conforme regulamentado na Circular nº 1.273 de 29 de dezembro de 1987 do BACEN, foi constituída reserva legal para a data-base 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 986 (R\$881 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

d) Reservas estatutárias

As reservas estatutárias são constituídas com o saldo remanescente do lucro líquido, após a distribuição dos dividendos e da constituição da reserva legal, e destina-se a investimentos e à manutenção do capital de giro, a qual terá o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social. O montante destinado para reservas estatutárias em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 14.043 (R\$12.442 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

16. Lucro líquido por ação

É obtido através da divisão do lucro líquido do semestre/exercício pela quantidade de ações do período da demonstração financeira.

17. Receita da intermediação financeira – operações de crédito

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para as de natureza financeira, as quais são calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

	31/12/2024		31/12/2023
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Empréstimos	6.126	9.383	4.522
Direitos creditórios descontados	7.100	12.827	13.068
Financiamentos	155.743	299.128	269.492
Recuperação de prejuízo (Nota 7.g)	6.047	6.180	2.819
Total	175.016	327.518	289.901

18. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL

A provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada pela aplicação de alíquota de 20% e a provisão para Imposto de Renda (IRPJ), pela aplicação de alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro real que exceder a R\$240 no ano (R\$120 no semestre).

Os créditos tributários diferidos ativos apresentados em 31 de dezembro de 2024 são resultantes da aplicação das alíquotas fiscais sobre o saldo das diferenças temporárias.

	31/12/2024		31/12/2023
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	10.223	27.368	29.920
Encargos (imposto de renda e contribuição social) à alíquota nominal de 25% e 20%, respectivamente	(4.600)	(12.315)	(13.464)
Adições permanentes	(72)	(3.839)	(1.366)
Exclusões permanentes	120	416	569
Juros sobre capital próprio	2.024	2.024	1.931
Outros ajustes	2.378	6.057	24
Total	(150)	(7.657)	(12.306)
IRPJ e CSLL provisão corrente	(5.684)	(18.382)	(18.185)
IRPJ e CSLL ativo diferido	5.534	10.725	5.879
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(150)	(7.657)	(12.306)
Alíquota efetiva	1,48%	27,98%	41,13%

b) Movimentação dos créditos tributário

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social. As alíquotas aplicáveis no semestre para contribuição social são de 20% e de 15% (mais adicional de 10% conforme legislação) para imposto de renda sobre o lucro tributável apurado, ajustado por diferenças permanentes e temporárias.

A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas e pela geração de lucros tributáveis, observando, para prejuízo fiscal e base negativa, o limite de 30% do lucro real do exercício-base. Esses créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, atendendo os requisitos expostos na Resolução 4.842/2020 do CMN.

A movimentação dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2024 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2024
Adições temporárias				
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	13.914	44.558	(33.964)	24.508
Receitas diferidas	3.598	43.636	(42.138)	5.096
Participação dos funcionários no resultado (PLR)	7	634	(641)	-
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	871	333	(1.204)	-
Provisão despesas de matricialidade	1.212	1.073	(1.362)	923
Provisão para riscos trabalhistas	277	522	(765)	34
Outros	212	5.206	(5.163)	255
Ativo fiscal diferido	20.091	95.962	(85.237)	30.816

	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2023
Adições temporárias				
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9.171	29.288	(24.545)	13.914
Receitas diferidas	3.121	48.747	(48.270)	3.598
Participação dos funcionários no resultado (PLR)	30	559	(582)	7
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	729	142	-	871
Provisão despesas de matricialidade	526	1.312	(626)	1.212
Provisão para riscos trabalhistas	378	-	(101)	277
Outros	257	172	(217)	212
Ativo fiscal diferido	14.212	80.220	(74.341)	20.091

Os valores dos ativos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	31/12/2024	31/12/2023
2024	-	10.434
2025	(5.767)	5.313
2026	10.807	4.326
2027	16.804	18
2028	1.844	-
2029	7.128	-
Mais de 5 anos	-	-
Total	30.816	20.091

O valor presente dos créditos tributários, descontados pela taxa média de captação de 11,55% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R\$20.964 (R\$16.510 em 31 de dezembro de 2023 à taxa de 12,48% a.a.). A projeção de realização já leva em consideração os aspectos da Lei ° 14.467/22 (Nota 2.3.3) que define critérios para adoção inicial em relação aos créditos que se encontrarem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 e, determina a realização do estoque tributário criado a partir de 2026.

Além disso, na projeção de realização, o valor ficou negativo em 2025 devido a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, pois foram considerados os efeitos da Resolução CMN n.º 4.966/2021, abordada na nota explicativa 2.3.1.

Em atendimento ao Art. 20, § 2º, V da Resolução BCB nº 2/2020, os ativos fiscais diferidos estão apresentados no ativo não circulante.

19. Outras despesas administrativas

	31/12/2024		31/12/2023
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Despesas de serviços técnicos especializados	12.814	24.260	18.341
Despesas de processamento de dados	7.466	13.394	13.563
Despesas de depreciação e amortização	1.436	2.132	448
Participação dos empregados	712	1.631	1.322
Despesas de viagem no país	644	1.103	894
Despesas de serviços do sistema financeiro	545	876	618
Despesas de promoções e relações públicas	480	848	648
Despesas de aluguéis	169	281	246
Despesas de comunicação	179	272	192
Outras despesas administrativas	1.339	2.603	1.792
Total	25.784	47.400	38.064

20. Transações com partes relacionadas

a) Transações e saldos

	Ativo			
	Títulos e créditos a receber		Outros Créditos	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Randon S.A. Implementos e Participações	12.272	8.055	(61)	(40)
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.	43.930	37.361	(218)	(186)
Castertech Mogi Guacu Ltda.	91	-	(1)	-
Castertech Schroeder Ltda.	406	140	(2)	-
Castertech Schroeder Usinagem Ltda.	153	-	(1)	-
Fras-le S.A.	4.344	20.121	(21)	(100)
Freios Controil Ltda.	804	802	(4)	(4)
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	485	2.212	(2)	(11)
Master Sistemas Automotivos Ltda.	4.317	4.663	(21)	(23)
Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	65	600	(1)	(3)
Randon Triel HT Implementos Rodoviários Ltda.	808	1.676	(4)	(8)
Randon Implementos Para o Transporte Ltda.	98	41	(1)	-
Randon Auttom Ltda.	94	-	-	-
Randon Messias Implem. Para o Transporte Eireli.	44	1.055	(1)	(5)
Fundituba Industria Metalúrgica Ltda.	54	5	-	-
Total	67.965	76.731	(338)	(380)

	Passivo					
	Depósitos a prazo		Outros depósitos		Credores diversos (*)	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Randon S.A. Implementos e Participações	(59.907)	(120.906)	-	-	-	(178)
Randon Administradora de Consórcios Ltda.	(1.599)	(22.328)	-	-	-	-
Randon Corretora de Seguros Ltda.	(2.138)	(3.135)	-	-	-	-
DBServer Assessoria em Sistemas de Informação Ltda.	-	-	-	-	(731)	(726)
Nakata Automotiva S.A.	(98.857)	(79.558)	-	-	-	(5.120)
RVC Venture Capital Partic. e Investimentos Ltda.	(7.950)	(7.098)	-	-	-	-
Randoncorp	-	-	-	-	(11.127) ^(*)	(7.873)
Addiante S.A.	(45.750)	(51.426)	-	-	-	-
Conexo Serviços Digitais e Coworking Ltda.	-	-	-	-	-	(10)
Pessoas físicas	(2.714)	(1.898)	(7)	(7)	-	-
Total	(218.915)	(286.349)	(7)	(7)	(11.858)	(13.907)

(*) O montante de R\$11.127 refere-se à equalização de taxa paga pela Randoncorp para incentivo ao financiamento de seus clientes nas modalidades de financiamento de Vendor, Compro (Floor Plan) e CDC (Nota 14).

	Depósitos a prazo			Resultado Despesa Administrativas			Provisão para outros créditos diversos		
	31/12/2024		31/12/2023	31/12/2024		31/12/2023	31/12/2024		31/12/2023
	2º Semestre	Exercício	Exercício	2º Semestre	Exercício	Exercício	2º Semestre	Exercício	Exercício
Randon S.A. Implementos e Participações	(4.311)	(10.638)	(15.689)	(3.489)	(6.323)	(10.246)	(11)	(21)	(21)
Randon Administradora de Consórcios Ltda.	(974)	(2.174)	(3.362)	(7.661)	(13.582)	(11.613)	-	-	-
RVC Venture Capital Partic. e Investimentos Ltda.	(443)	(852)	(896)	-	-	-	-	-	-
Nakata Automotiva S.A.	(5.479)	(10.498)	(10.044)	-	-	-	-	-	-
Randon Corretora de Seguros Ltda.	(113)	(264)	(438)	(179)	(567)	(289)	-	-	-
DRAMD Participações e Adm. Ltda.	-	-	-	(1)	(1)	(1)	-	-	-
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	-	-	-	(1)	-	(9)
RAR Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	-	-	-	-	-	(8)	-	-	-
Master Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	-	-	-	(34)	(21)	(6)
Fras-le S.A.	-	-	-	-	-	-	(40)	(21)	(91)
Freios Controil Ltda.	-	-	-	-	-	-	(8)	-	(4)
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.	-	-	-	(3)	(5)	(2)	-	(33)	(22)
Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	-	-	-	(1)	-	(2)
Randon Messias Implem. Para o Transporte Eireli.	-	-	-	-	-	-	(5)	-	(5)
Randon Triel HT Implementos Rodoviários Ltda.	-	-	-	-	-	-	(6)	-	(8)
Conexo Serviços Digitais e Coworking Ltda.	-	-	-	-	-	(123)	-	-	-
Addiante S.A.	(2.729)	(5.554)	(1.426)	-	-	-	-	-	-
Pessoas físicas	(114)	(226)	(245)	-	-	-	-	-	-
Randon Implementos para o Transporte Ltda.	-	-	-	-	-	-	(3)	-	-
DBServer Assessoria em Sistemas de Informação Ltda.	-	-	-	(1.153)	(1.848)	-	-	-	-
Castertech Schroeder Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	(2)	-
Conexo Serviços Digitais e Coworking Ltda.	-	-	-	(67)	(81)	-	-	-	-
Total	(14.163)	(30.206)	(32.100)	(12.553)	(22.407)	(22.282)	(109)	(98)	(168)

	Bônus por financiamento			Resultado Receita			Outras receitas operacionais – Reversão provisão		
	31/12/2024		31/12/2023	Prestação de serviços		31/12/2023	31/12/2024		31/12/2023
	2º Semestre	Exercício	Exercício	2º Semestre	Exercício	Exercício	2º Semestre	Exercício	Exercício
Randon S.A. Implementos e Participações	-	-	-	6	10	8	-	-	-
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	10	16	7	-	(9)	-
Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	(3)	-
Master Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	4	9	4	(21)	(23)	-
Fras-le S.A.	-	-	-	1	1	1	(21)	(100)	-
Freios Controil Ltda.	-	-	-	-	4	1	-	-	-
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.	-	-	-	6	19	8	(147)	-	-
Randon Messias Implem. Para o Transporte Ltda.	-	-	-	8	13	5	-	(5)	-
Venice Implementos Rodoviários Ltda.	-	-	-	9	19	12	-	-	-
Fundituba Industria Metalúrgica Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	(25)
Randon Auttom Ltda.	-	-	-	1	4	4	-	-	-
Centro Tecnológico Randon Ltda.	-	-	-	2	7	1	-	-	-
Randoncorp	48.001	92.546	100.300	-	-	-	-	-	-
Randon Triel HT Implementos Rodoviários Ltda.	-	-	-	-	1	-	-	(4)	-
Castertech Schroeder Usinagem Ltda	-	-	-	-	-	-	(1)	-	-
Total	48.001	92.546	100.300	47	103	51	(190)	(144)	(25)

As operações com partes relacionadas seguem políticas de preços e prazos específicos estabelecidos em contrato entre as partes. O acordo leva em consideração o prazo, o volume e a especificidade dos produtos negociados.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração paga no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$2.086 (R\$1.928 em 31 de dezembro de 2023), referente a benefícios de curto prazo. Os benefícios de longo prazo em 31 de dezembro de 2024 são representados por R\$79 (R\$83 em 31 de dezembro de 2023) e referem-se ao plano de previdência, conforme descrito na Nota 25.

O Banco não disponibiliza benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

21. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não havia operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto.

22. Limite operacional (Acordo da Basileia)

As instituições financeiras são obrigadas a manter permanentemente capital (patrimônio de referência), compatível com os riscos de suas atividades.

De acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil, a apuração do Índice de Basileia é realizada de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial Randon, composto pelo Banco Randon e pela Randon Administradora de Consórcios.

Segue abaixo o cálculo dos principais índices:

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio de Referência (PR)	534.275	434.951
Nível I (NI)	534.275	434.951
Capital Principal (CP)	534.275	434.951
Capital social	356.000	336.000
Reservas de capital	200.417	94.791
Lucros acumulados	-	22.366
Ganhos não realizados de ajuste de avaliação patrimonial	354	381
Perdas não realizadas de ajuste de avaliação patrimonial	-	-
Ajustes prudenciais	(22.496)	(18.587)
Capital complementar	-	-
Nível II (NII)	-	-
Dívida subordinada	-	-
Ativos ponderados pelo risco	3.791.855	2.941.458
Risco de crédito	3.048.606	2.368.310
Risco de mercado	18.716	662
Risco operacional	724.502	572.486
Risco Serviços de Pagamentos	31	-
Valor do capital para cobertura do risco de taxa de juros da carteira bancária	18.853	12.503
Margem de capital (*)	230.927	199.634
Índice de Basileia	14,09%	14,79%
Capital Nível I	14,09%	14,79%
Capital Principal	14,09%	14,79%

(*) Margem de capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

23. Estrutura de gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital

A área de riscos do Conglomerado Prudencial Randon, composto pelo Banco Randon e pela Randon Administradora de Consórcios, destaca os principais aspectos da estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais, de mercado, de crédito, de capital, de liquidez e social, ambiental e climático em atendimento as Resoluções do Conselho Monetário Nacional 4.557/17 e 4.945/2021. As tabelas do Relatório de Pilar 3 aplicáveis ao Conglomerado encontram-se disponíveis para consulta no endereço eletrônico www.bancorandon.com.br (não auditado).

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde à possibilidade de perdas financeiras pelo Conglomerado decorrente do não cumprimento, por parte dos tomadores ou contraparte, das suas obrigações pactuadas. Para mitigação deste risco, o Conglomerado adota políticas de concessão e gerenciamento de crédito baseadas, entre outros instrumentos, na avaliação da capacidade de pagamento dos tomadores e delimitação dos níveis de exposição e garantias de forma a manter os níveis de exposições em acordo com os desejados.

Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. As exposições de risco de mercado do Conglomerado são mensuradas e administradas através da apuração do valor de risco relativo ao descasamento de taxas entre as operações ativas e as passivas, e da adoção de limites, políticas e controles de acordo com as estratégias de negócio.

Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Com a finalidade de gerir o risco operacional, a área de riscos do Conglomerado mitiga os riscos com base no levantamento dos processos, na adequação/ajustes destes, no cumprimento de normas e regras, na estrutura de monitoramento e detecção, no acompanhamento da implementação dos planos de ação, além de mapear os eventos de perda. Para fins de alocação de capital em atendimento aos requisitos de Basileia, o Conglomerado utiliza para risco operacional a Abordagem do Indicador Básico conforme Circular nº 3.640/13 do Banco Central do Brasil.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é representado por descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em se desfazer rapidamente de um ativo ou de obter recursos, afetando a capacidade financeira do Conglomerado honrar suas obrigações. A área responsável diariamente, através de projeções de fluxo de caixa, monitora a posição de liquidez com o objetivo de fornecer subsídios para decisões estratégicas, visando manter o nível de liquidez do Conglomerado, em patamares que garantam a solvência e a continuidade de seus negócios.

Risco social, ambiental e climático

Entende-se por Risco Social, Ambiental e Climático a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de tais riscos, conceituados na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.557/17.

Com o objetivo de mitigar a exposição a esses riscos, o Conglomerado criou a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática em atendimento a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.945/21, e observa este conteúdo em suas atividades e em seus negócios.

Gerenciamento do capital

O gerenciamento de Capital compreende o monitoramento e controle do capital mantido pelo Conglomerado, bem como a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos ao qual está sujeito. A estrutura de gerenciamento planeja suas metas de necessidade de capital considerando as melhores práticas de mercado e respeitando os objetivos estratégicos do Conglomerado, bem como a complexidade e natureza de suas operações.

A estrutura e o gerenciamento do capital são realizados pela instituição líder do Conglomerado Prudencial Randon, considerando os dados financeiros consolidados e os objetivos estratégicos da instituição, bem como a complexidade e natureza de suas operações.

24. Análise de sensibilidade

Em atendimento as exigências do art. 35 da Resolução BCB nº 2/20, apresentamos três cenários para a análise de sensibilidade. Para definição destes cenários, utilizamos premissas considerando o momento atual da economia, e o histórico dos últimos anos respeitando as variações dos períodos e conforme a natureza de cada conta, que pode ocorrer nos principais itens de balanço:

- Resultado da intermediação financeira: considerando a relação entre a disponibilidade de *funding* e a procura por crédito;
- Carteira de crédito: variação quanto a qualidade da carteira para fins da provisão de perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: possíveis variações visto as incertezas que se encontram no mercado e na economia;
- Créditos tributários: resultado das movimentações ocorridas nos itens e cenários acima descritos.

O quadro a seguir apresenta os indicadores utilizados em cada cenário e o seu efeito no resultado:

Cenários	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Item sensibilizado	Resultado da intermediação financeira		
Premissa	Redução de 19%	Aumento de 37%	Aumento de 55%
Efeito no resultado	(23.916)	47.832	70.964
Item sensibilizado	Carteira de crédito - Variação PCLD		
Premissa	Melhora de 14%	Piora de 28%	Piora de 40%
Efeito no resultado	6.461	(12.923)	(18.395)
Item sensibilizado	Provisão para risco cíveis e trabalhistas		
Premissa	Piora de 10%	Piora de 20%	Piora de 30%
Efeito no resultado	(8)	(15)	(23)
Item sensibilizado	Impacto nos créditos tributários		
Premissa	Redução de 16%	Aumento de 32%	Aumento de 54%
Efeito no resultado	(4.857)	9.714	16.494

25. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

O Banco é um dos patrocinadores de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida e um benefício mínimo garantido, equivalente a 1 (um) salário básico contratual para cada 10 anos de serviço prestado à Randoncorp, limitado a 30 anos, o que lhe dá a característica de um plano misto, pois conjuga características dos planos definidos e de contribuição definida.

O plano de previdência, gerido pelo Randonprev Fundo de Pensão, uma entidade fechada de previdência complementar, tem como objetivo principal a suplementação de renda pós--carreira, aos empregados da Randoncorp.

O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefícios mínimos garantidos.

O Banco reconhece sua obrigação com o plano de benefício aos seus empregados, e, quanto aos custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- Os custos com o plano de pensão, e dos benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados, são determinados atuarialmente, usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados. A taxa de desconto usada para mensurar as obrigações da Randoncorp, com o pagamento dos benefícios de pós-emprego, baseia-se na taxa no mercado financeiro com perspectiva de longo prazo;
- Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefício a Empregados;
- Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, com o objetivo de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e das obrigações relacionadas com o plano. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano e taxa de crescimento da massa salarial.

Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pelo Banco, são baseadas em estudos de aderência realizado pelo atuário, como inflação de longo prazo compatível com os fluxos de pagamento das obrigações avaliadas, hipóteses de rotatividade e hipóteses de mortalidade e de inválidos.

O plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros.

A última avaliação atuarial foi concluída em 31 de dezembro de 2024 e foi realizada por atuários independentes. As contribuições efetuadas no período totalizaram R\$339 (R\$263 em 31 de dezembro de 2023). O montante a pagar das contribuições mensais à Randonprev em 31 de dezembro de 2024 é de R\$54 (R\$41 em 31 de dezembro de 2023), registrado na rubrica de "Outras obrigações".

As tabelas a seguir apresentam um resumo dos componentes da despesa de benefício líquido reconhecida na demonstração do resultado, bem como do status e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial.

Despesa líquida com benefícios	31/12/2024	31/12/2023
Custo do serviço corrente	(10)	8
Custo dos juros sobre as obrigações de benefícios	1	(1)
Receita de juros sobre ativos do plano	(6)	(12)
Juros sobre o superávit irrecuperável	-	-
Custo do benefício definido no resultado	(16)	(5)
Rendimento real dos ativos do plano	5	(3)

Ativo (passivo) de benefícios

	31/12/2024	31/12/2023
Obrigação com benefícios definidos (valor presente das obrigações atuariais)	(67)	(62)
Valor justo dos ativos do plano	69	68
Ajuste devido	(2)	(1)
Ativo de benefícios	-	5

No exercício de 2024, as movimentações no valor presente de obrigação com benefício definido são os seguintes:

Saldo das obrigações com benefício definido no final do exercício 2023	(62)
Custo de juros	(5)
Custo do serviço corrente	(10)
Perdas (ganhos) atuariais sobre obrigações	10
Saldo das obrigações com benefício definido no final do exercício 2024	(67)

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2023	68
Retorno real dos investimentos	(10)
Transferências	-
Contribuição do empregador	11
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2024	69

As principais categorias dos ativos do plano são as seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Instrumentos financeiros de renda variável	15	16
Instrumentos financeiros de renda fixa	33	29
Outros	21	23
	69	68

A taxa total esperada de rendimento de ativos é apurada com base nas expectativas de mercado existentes naquela data, aplicável ao período ao longo do qual a obrigação deve ser liquidada. Essas expectativas estão refletidas nas principais premissas abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
	%	%
Taxa nominal de desconto	9,19	9,19
Taxa nominal de crescimento salarial	6,61	6,61
Taxa nominal de crescimento de benefícios	3,50	3,50

A expectativa estimada de benefício definido para o próximo exercício são as seguintes:

Contribuições esperadas para o próximo exercício	
Empresa	11
Participantes	-
Total	11

Perfil de vencimento das obrigações de benefício definido para o próximo exercício	
Pagamento de benefícios esperados até 31 de dezembro de 2025	24
Pagamento de benefícios esperados após 1º de janeiro de 2026	401
Total	425

Análise de sensibilidade da premissa significativa “taxa de desconto”:

Premissa significativa	Valor presente da obrigação (31/12/2024)	1% Aumento - efeito no VPO	1% Redução - efeito no VPO
Taxa de desconto (em 31 de dezembro de 2024 – 10,82%)	67	(2)	4

Conforme item 145 do CPC33 (R1) e de acordo com os resultados do estudo, foi calculado o efeito no valor do VPO considerando um ponto percentual a maior e a menor na taxa de desconto, representando a avaliação de sensibilidade da taxa de desconto. O aumento de 1% representa uma taxa de desconto de 11,82%, e uma redução de 1% representa uma taxa de desconto de 9,82%. A avaliação da sensibilidade individualizada por controladas foi realizada tendo como parâmetro a quantidade de colaboradores por empresa.

26.Resultado recorrente e não recorrente

A resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: I – não esteja relacionado ou esteja incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II – não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Observado esse regramento, a administração considera que o lucro líquido do Banco no semestre findo em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$10.072 (R\$9.642 em 31 de dezembro de 2023), bem como o lucro líquido do Banco no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$19.710 (R\$17.614 em 31 de dezembro de 2023) foram obtidos exclusivamente com base em resultados recorrentes.

Conselho de Administração

Joarez José Piccinini
Presidente

Paulo Prignolato
Vice-presidente

Alexandre Randon
Conselheiro

Jaime Marchet
Conselheiro

Geraldo Santa Catharina
Conselheiro

Diretoria

David Jose Teixeira Felix
Diretor Comercial

Augusto Giongo Letti
Diretor de Gerenciamento de Riscos

Rodrigo de Gasperi Portella
Diretor de Crédito e Cobrança

Renata Elisa Zini Gil
CRC/RS-073143/O-1
Contadora